

PERFECCIONISMO

I. Definição:

Por perfeccionismo compreende-se, em linhas gerais, uma perspectiva moral que busca responder à indagação acerca do que seja uma boa vida, reconhecendo, como ponto de partida, que pelo menos algumas actividades, capacidades ou formas de relação humanas possuem um valor não instrumental por razões que independem dos estados mentais actuais ou potenciais do agente (Sher, 1997). Ao contrário dos subjectivistas, que reconhecem o indivíduo como fonte última de valor (que acreditam que algo seja valorado apenas porque os indivíduos o elegem), os perfeccionistas defendem que os indivíduos elegem certas coisas porque as reconhecem como independentemente valoradas, ou seja, como possuindo um valor não-instrumental. Os perfeccionistas situam, portanto, a fonte de certos valores fora da subjectividade, o que significa sustentar a objectividade dos mesmos. A fonte de tais valores será então procurada em certos factos sobre a sociedade ou em certas capacidades fundamentais inerentes a todos os seres humanos.

II. Perfeccionismo e Comunitarismo:

Perfeccionismo e comunitarismo são perspectivas morais voltadas para uma concepção de bem ou de boa vida. A peculiaridade da perspectiva comunitarista consiste em sustentar a tese de que a identidade de um indivíduo e, por conseguinte, a sua própria concepção de bem, está determinada pela cultura da sociedade à qual pertence. Neste sentido, a concepção do que seja a boa vida não dependeria do que o sujeito individual deseja, escolhe ou compreende, mas da cultura e das tradições a partir das quais os seus desejos, escolhas e compressões são moldados. A comunidade cultural, e não o indivíduo, deveria ser então reconhecida como a unidade mínima da moral.

Se os perfeccionistas estiverem certos ao recusar a tese comunitarista e, por conseguinte, ao recusar que a nossa indagação acerca do que devemos compreender como uma boa vida possa ser reduzida a uma mera investigação dos valores na nossa cultura, então terão de se confrontar com um outro modelo de investigação, a saber, a perspectiva subjectivista.

III. Perfeccionismo e Subjectivismo:

Os perfeccionistas aceitam a premissa subjectivista segundo a qual os elementos relevantes para o reconhecimento do que seja uma boa vida estão relacionados ao sujeito, ou seja, à estrutura psicológica daquele que desempenha o papel de agente. A aceitação de tal premissa não os compromete, contudo, com os demais ónus de uma perspectiva subjectivista.

O principal atractivo da perspectiva subjectivista parece consistir em (i) estabelecer uma relação directa entre valor e motivação e em (ii) fornecer uma explicação de como as coisas se tornam valoradas. De acordo com essa perspectiva podemos dizer que algo é valorado se: (i) promove ou satisfaz os desejos do indivíduo; (ii) promove ou satisfaz os desejos do indivíduo bem informado; (iii) promove ou satisfaz os desejos de outras pessoas bem informadas. Em qualquer das três interpretações, os nossos desejos ou escolhas conferem valor aos objectos. A primeira lacuna da explicação subjectivista é não ser capaz de determinar precisamente de que forma o estado motivado se relaciona à motivação. Poderíamos sempre supor que a verdadeira fonte de motivação de um estado não seja aquela apontada na explicação. Na tentativa de fornecer uma comprovação empírica de tal relação, os subjectivistas são obrigados a considerar apenas motivações ou desejos actuais ou presentes. Com isso, a sua explicação torna-se incapaz de esclarecer escolhas passadas e de lançar algum esclarecimento sobre escolhas futuras. A consequência é uma explicação incapaz de dar conta da noção de agente racional, como aquele capaz de eleger algo para a sua identidade qualitativa como resposta à sua própria história pessoal. Contudo - e aqui apontamos para mais uma lacuna da explicação subjectivista -, ainda que pudéssemos trabalhar com o conceito de sujeito suposto pelo modelo subjectivista, como o de um mero portador de estados motivacionais presentes, teríamos que abdicar da pretensão de passar da explicação da motivação num indivíduo determinado para a explicação da motivação nos demais indivíduos.

Para preencher tais lacunas explicativas, torna-se necessário introduzir a noção de um desejo impessoal, capaz de superar (i) a barreira das motivações actuais, permitindo lidar com uma visão bem mais complexa da psicologia humana ou da formação da identidade individual e (ii) os limites do próprio indivíduo, permitindo estender a explicação aos demais indivíduos. Este passo é assumido pela perspectiva perfeccionista, o que faz com que muitas vezes recaia sobre a mesma o rótulo de metafísica. Perfeccionistas deverão então arcar com o ónus de mostrar que

é possível justificar a aceitação de um desejo impessoal, universal, sem recurso a pressupostos metafísicos.

Ao postular um desejo impessoal, o perfeccionismo propõe um esclarecimento da relação entre valor e motivação, bem como do modo como as coisas se tornam valoradas. O desejo impessoal promove valor e as coisas valoradas são em si mesmas origem da motivação. Assim, o perfeccionismo fundamenta o valor de certas actividades e excelências em certos “desejos”, fins ou metas comuns à espécie humana. Num segundo nível, no entanto, a impossibilidade de comprovar uma relação interna entre as coisas boas e o impulso para perseguí-las fará com que a relação entre ambos seja assumida como contingente.

IV. Variações:

O perfeccionismo apresenta ao longo da história uma série de variações. Para alguns autores, certas propriedades seriam intrinsecamente valoradas. Uma propriedade deste tipo seria, por exemplo, tal como sugere Thomas Hurka (1993), a de ser parte essencial da natureza humana ou, como sugere Robert Nozick (1981), a de possuir um certo grau de unidade orgânica. A dificuldade, no primeiro caso, estaria em determinar o que é, em si mesmo, ou seja, de modo não teleológico, essencial à natureza humana. No segundo caso, estaria em justificar por que razão a posse de um certo grau de unidade orgânica deve ser considerada, em si mesmo, um valor, ou seja, um valor intrínseco. Se a eleição desta propriedade entre outras depender de uma escolha, então teremos abandonado a própria noção de valor intrínseco e com ela uma perspectiva não-teleológica.

A alternativa imediata consiste na adopção de uma perspectiva teleológica. De acordo com tal perspectiva, certos elementos são reconhecidos como possuindo valor por estarem relacionados a certos fins. Caberá então investigar que tipo de fins objectivos se relacionam às coisas que supomos valoradas. Neste ponto, pelo menos, dois candidatos merecem destaque: fins que são essenciais à espécie humana (Aristóteles) e fins do processo evolutivo (Herbert Spencer). Mais uma vez, caberia, no primeiro caso, provar que certos fins são essenciais à natureza humana, o que sem uma teoria acerca da própria natureza humana não parece possível. No segundo caso, a eleição de um fim que não seja objecto de deliberação por parte do sujeito, que o agente não possa reconhecer como seu, faz com que o mesmo não possa ser reconhecido como relacionado à pergunta pela boa vida, entendida como uma indagação acerca do tipo de vida que elegemos ou queremos viver. O candidato

adequado deverá, portanto, satisfazer duas condições: (i) estar relacionado ao sujeito e, ao mesmo tempo, (ii) manter para com o mesmo a distância necessária para exercer o papel de instância crítica da sua própria vida.

Em linhas gerais, se aceitamos fixar as bases da moralidade numa compreensão, ainda que minimalista, da natureza humana, estamos a assumir uma perspectiva naturalista. Se, através da própria moralidade, visamos realizar e expandir na sua plenitude as capacidades que exprimem essa natureza, estamos a assumir um perfeccionismo moral. Se supusermos que nossas formas de organização política e social devam ser dirigidas por este mesmo ideal, estaremos, finalmente, a assumir o perfeccionismo político. Como parece não fazer sentido eleger um ideal e não desejar que o mesmo possa ser projetado nas nossas organizações sociais, perfeccionismo moral e político tornam-se, na prática, ideias complementares.

V. Perfeccionismo político e seus Críticos:

A adopção de um perfeccionismo político está, portanto, intimamente ligada ao reconhecimento público de um valor ou de uma concepção de bem. Neste sentido, a perspectiva perfeccionista tem sido criticada por ferir um dos principais pilares da concepção moderna de Estado, a saber: o princípio da neutralidade, caro a autores como Rawls, Dworkin e Larmore. Segundo tal princípio, o Estado deve permanecer neutro, isento, em relação a qualquer questão relativa à boa vida dos indivíduos. Não deve, assim, directa ou indirectamente, sancionar ou promover qualquer concepção de bem. Pode-se, contudo, replicar que a defesa do neutralismo baseia-se, ou no valor da autonomia individual, ou numa atitude prudencial frente ao poder do Estado, ou ainda num cepticismo diante da possibilidade de defendermos uma concepção específica de bem. A primeira alternativa já suporia uma escolha, ou seja, já comprometeria os seus defensores com a visão de que a vida autónoma é um tipo de vida mais valorado do que uma vida sem autonomia. Quem defende o neutralismo sob esta base não pode, portanto, recusar pelo menos um tipo de perfeccionismo, qual seja, aquele que reconhece a autonomia como um bem. A terceira alternativa, ou seja, o cepticismo com relação à possibilidade de justificarmos uma concepção de bem, não é capaz de justificar sequer a adopção de um princípio de neutralidade. Já a segunda alternativa pode ser descrita como um cepticismo diante do próprio poder do Estado. A procura de medidas preventivas, no entanto, supõe que haja algo que devemos preservar a qualquer custo. Não seria este “algo”, mais uma vez, a autonomia individual? Com isso resgatamos a tese

perfeccionista de que a adopção de qualquer princípio de determinação do agir, seja na esfera das instituições públicas, seja na esfera individual, supõe uma concepção de bem, ainda que a expressemos sob o signo da liberdade, do pluralismo ou da vida numa sociedade estável e cooperativa.

Maria Clara Dias

→ Comunitarismo; Bem; Naturalismo; Valor; Virtude; Estado; Liberdade.

Bibliografia

- Aristóteles (sec. IV AC), *Nicomachean Ethics*, Hackett Publishing Company, Indianapolis, (1985).
- Dworkin, R. (1985), "Liberalism" in *A Matter of Principle*, Harvard University Press, Cambridge, MA.
- John Rawls, J. (1971), *A Theory of Justice*, Harvard University Press, Cambridge, MA.
- Haksar, V. (1977), *Equality, Liberty and Perfectionism*, Oxford University Press, Oxford.
- Hurka, Th. (1993), *Perfectionism*, Oxford University Press, New York.
- Larmore, Ch. (1987), *Patterns of Moral Complexity*, Harvard University Press, Cambridge, MA.
- Nozick, R. (1981), *Philosophical Explanations*, Harvard University Press, Cambridge, MA.
- Raz, J. (1986), *The Morality of Freedom*, Clarendon Press, Oxford.
- Sher, G. (1997), *Beyond Neutrality: Perfectionism and Politics*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Spencer, H. (1978), *The Principles of Ethics*, Vol. I, Liberty Classics, Indianápolis.